

Companhia Energética do Jari – CEJA  
CNPJ/MF nº 03.581.989/0001-62



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

**Senhores Acionistas:**  
Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)		Nota	31/12/2024	31/12/2023
<b>ATIVO</b>				
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	3	97.839	75.103	
Concessionárias	4	45.960	45.846	
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	5	16.151	17.342	
Outros tributos compensáveis	5	3.695	3.936	
Estoques	10	4.690	4.858	
Prêmio de risco - GSF	9	2.294	2.294	
Outros créditos	11	1.378	1.198	
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>172.007</b>	<b>150.577</b>	
<b>Não circulante</b>				
Cauções e depósitos vinculados	8	28.148	22.294	
Prêmio de risco - GSF	9	7.455	9.748	
Outros Créditos	11	309	725	
		<b>35.912</b>	<b>32.767</b>	
Imobilizado	12	995.170	1.005.301	
Intangível	13	418.273	440.682	
		<b>1.413.443</b>	<b>1.445.983</b>	
<b>Total do Ativo Não circulante</b>		<b>1.449.355</b>	<b>1.478.750</b>	
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>1.621.362</b>	<b>1.629.327</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
<b>PASSIVO</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	14	113.924	106.705
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	16	50.801	54.289
Imposto de renda e Contribuição social a recolher	5	4.600	2.392
Outros tributos a recolher	5	10.451	13.211
Dividendos	15	42.276	59.912
Uso do bem público	17	2.950	2.822
Provisões	18	8.742	5.998
Outras contas a pagar	11	2.526	2.218
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>236.270</b>	<b>246.537</b>
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	16	294.503	341.451
PIS e COFINS diferidos	6	25	20
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	6	107.613	110.376
Uso do bem público	17	32.719	31.367
Provisões	18	4.266	10.329
Outras contas a pagar	11	22	18
<b>Total do Passivo Não circulante</b>		<b>439.148</b>	<b>493.561</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social	19.1	650.824	650.824
Reservas de lucros	19.3	295.120	238.405
<b>Total do Patrimônio líquido</b>		<b>945.944</b>	<b>889.229</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.621.362</b>	<b>1.629.327</b>

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)		Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>					
Redução de capital - AGE de 26/10/2023		850.824	187.475	-	1.038.299
Dividendo adicional aprovado - AGOE de 28/04/2023		(200.000)	(67.870)		(267.870)
Lucro líquido do exercício				189.285	189.285
Constituição de reserva legal			9.464	(9.464)	-
Reserva de incentivo fiscal (ADA)			31.862	(31.862)	-
Dividendos intermediários (JSCP) - RCA 21/12/2023				(70.485)	(70.485)
Dividendos adicional propostos			77.474	(77.474)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>650.824</b>	<b>238.405</b>	<b>-</b>	<b>889.229</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>					
Dividendo adicional aprovado - AGO de 30/04/2024		650.824	238.405	-	889.229
Lucro líquido do exercício			(77.472)		(77.472)
Constituição de reserva legal				183.924	183.924
Reserva de incentivo fiscal (ADA)			9.196	(9.196)	-
Dividendos intermediários (JSCP) - RCA 23/12/2024			31.225	(31.225)	-
Dividendos adicional propostos				(49.737)	(49.737)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>650.824</b>	<b>295.120</b>	<b>-</b>	<b>945.944</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	Nota	2024	2023
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		191.482	195.500
<b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais</b>			
PIS e COFINS diferidos		5	5
Depreciações e amortizações		52.260	52.715
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados		1.165	2.391
Amortização do prêmio de risco - GSF		2.293	2.294
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		31.749	36.869
Uso do bem público - atualização monetária e AVP		4.421	1.102
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		(2.824)	749
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP		1.274	(282)
Encargos setoriais - provisão e atualização monetária		72	(112)
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária		(3.879)	(2.810)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		(2.050)	(1.424)
Fator de Indisponibilidade - FID		5.031	(2.792)
Ressarcimento de seguro		1.972	
		<b>282.971</b>	<b>284.205</b>
<b>(Aumento) diminuição de ativos operacionais</b>			
Concessionárias		(114)	(2.162)
Outros tributos compensáveis		(9.933)	(18.108)
Outros ativos operacionais		404	4.810
		<b>(9.643)</b>	<b>(15.460)</b>
<b>Aumento (diminuição) de passivos operacionais</b>			
Fornecedores		2.188	(3.400)
Outros tributos a recolher		6.429	4.509
Provisões		(1.789)	(1.573)
Uso do bem público		(2.941)	(3.080)
Outros passivos operacionais		240	(644)
		<b>4.147</b>	<b>(4.189)</b>
<b>Caixa proveniente das atividades operacionais</b>			
Imposto de renda e contribuição social pagos		277.475	264.557
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>			
		(10.338)	(11.864)
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Adições ao Imobilizado e Intangível		(22.857)	(24.899)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>			
		<b>(22.857)</b>	<b>(24.899)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Cauções e depósitos vinculados		(1.975)	5.982
Redução de capital social			(200.000)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(137.384)	(122.992)
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos		(53.420)	(53.018)
Pagamentos de encargos de dívidas		(28.765)	(32.475)
<b>Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento</b>			
	26.1	<b>(221.544)</b>	<b>(402.503)</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>			
		<b>22.736</b>	<b>(174.709)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		97.839	75.103
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		75.103	249.812
		<b>22.736</b>	<b>(174.709)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A Companhia Energética do Jari - CEJA (Companhia ou CEJA) é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada em conjunto pela EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil) e China Three Gorges Brasil Energia Ltda. (CTG Brasil), com sede no município de São Paulo - SP. Possui como objeto social as atividades de geração de energia elétrica de qualquer origem e natureza. Poderá, para tanto, estudar, planejar, desenvolver estudos de viabilidade e projetos de geração de energia, promover a construção, a operação, a manutenção de usinas de geração de energia e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social. A Companhia poderá ainda participar de outras empresas, negócios e empreendimentos voltados à atividade energética.

1.1 Concessão

A ECE Participações detinha o direito de concessão da UHE Jari por meio do Contrato de Concessão nº 04/02, celebrado junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Em 19 de novembro de 2019 a ANEEL, através da Resolução Autorizativa nº 8.369, autorizou a transferência da Concessão da ECE Participações para a Companhia Energética do Jari - CEJA para explorar a UHE Jari. A presente autorização vigorará pelo prazo remanescente, sub-rogando-se a CEJA em todos os direitos e obrigações que dela decorrem, com as seguintes características:

Empresa	Usina	Estado	Modalidade	Outorga	Capacidade instalada	Energia assegurada	Concessão	
					(MW)	(MWm)	Início	Término
Companhia Energética do Jari - CEJA	UHE Santo Antônio do Jari	PA/AP	Produtor Independente	Concessão	392,95	211,30	21/12/1987	28/10/2045

O Contrato de Concessão regula a exploração do potencial de energia hidráulica do Jari Jari, entre os municípios de Laranjal do Jari e Almeirim, nos estados do Amapá e Pará, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica. Da energia assegurada de 211,30MWm: (i) 190,00MWm foram comercializados em dezembro de 2010 por meio de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs no Ambiente de Contratação Regulado - ACR pelo preço estabelecido de R\$104,18 por MWh, atualizado em 31 de dezembro de 2024 para R\$226,15 por MWh, pelo prazo de 30 anos a partir de janeiro de 2015 reajustado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA; e (ii) 20,90MWm de CCEARs no ACR pelo preço estabelecido de R\$82,20 por MWm, atualizado em 31 de dezembro de 2024 para R\$154,55 por MWm, até dezembro de 2044 também reajustado anualmente pelo IPCA.

O prazo do contrato de concessão inicial previa um período de 30 anos a contar de 21 de dezembro de 1987, data da publicação do Decreto de outorga da concessão. No 4º termo aditivo assinado em 23 de janeiro de 2012, foi prorrogado o prazo de concessão até 31 de dezembro de 2044.

A extensão é decorrente da Lei nº 14.052/20 e Resolução ANEEL nº 895/20 de mais 113 dias, podendo ser prorrogado, a critério exclusivo do Poder Concedente, nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias. Em 26 de abril de 2022 a ANEEL publicou a Resolução Autorizativa nº 11.715 com a extensão de 301 dias no prazo da outorga da UHE Santo Antônio do Jari.

Na exploração do aproveitamento hidrelétrico, a concessionária tem ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições do contrato de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

1.1.1 Uso do bem público - UBP

A Companhia, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico UHE Jari, recolhe à União, a partir da entrada em operação da primeira unidade geradora e enquanto estiver na exploração do aproveitamento hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante anual fixado na data de assinatura do Contrato de Concessão, atualizado em 31 de dezembro de 2024 de R\$3.022 corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. Em 31 de dezembro de 2024, o valor presente total remanescente da obrigação é de R\$35.669 (R\$34.189 em 31 de dezembro de 2023). A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos das Leis nº 9.991/2000 e nº 14.120/2021, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. De acordo com o Despacho ANEEL nº 904/2021, da destinação do P&D, aplicáveis entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025 (corrente), 30% serão destinados à Conta de desenvolvimento energético - CDE.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as International Financial Reporting Standards - IFRS, emitidas pelo International Accounting

Standards Board - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. Essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A autorização para a emissão das demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Companhia em 28 de fevereiro de 2025.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos Itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo.

2.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota 4); Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.6); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 6); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 12 e 13); Provisões de natureza cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota 18.1); Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais (Nota 18.2); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 25.1.2.1);

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não houve indicação, seja por meio de fontes internas ou externas de informação, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, no período citado, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável.

A Companhia monitora trimestralmente a ocorrência de eventos que possam alterar significativamente o teste de recuperabilidade.





NOTAS EXPLICATIVAS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**2.7 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes**  
Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, consequentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão por estas entidades estão demonstrados a seguir:

**2.8 Adoção de novas normas e interpretações vigentes**

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 23: CPC 26 (R1) e CPC 06 (R2)	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Classificação de Passivos como Circulante ou Não circulante; Passivos Não circulantes com <i>Covenants</i> e Passivo de Arrendamento em uma Transação de Venda e Retroarrendamento ( <i>sale and leaseback</i> ).	IAS 1/IFRS 16	Pronuncia-mento	01/01/2024
Revisão 24: CPC 03 (R2), CPC 32 e CPC 40 (R1)	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamento de Fornecedores.	IAS 7/IAS 12/IFRS 7	Pronuncia-mento	01/01/2024
OCPC 08 - Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade	O objetivo desta Orientação é tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral das concessões e permissões públicas de distribuição de energia elétrica brasileiras.	Não há	Orientação	01/01/2024
ICPC 19 - Tributos	Esta interpretação se refere a quando reconhecer uma obrigação de pagar tributo que é contabilizada conforme o Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	IFRIC 21	Interpretação	01/01/2024
ICPC 20 - Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio ( <i>funding</i> ) Mínimo e sua Interação	Esta interpretação se aplica a todos os benefícios definidos pós-emprego e outros benefícios definidos de longo prazo aos empregados. Para a finalidade desta interpretação, os requisitos de custeio ( <i>funding</i> ) mínimo são quaisquer requisitos para custeio ( <i>funding</i> ) de plano de benefício definido pós-emprego ou outro de longo prazo.	IFRIC 14	Interpretação	01/01/2024
CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado (DVA)	Estão sendo propostos ajustes pontuais do texto, para melhor esclarecimento dos requisitos para a elaboração e divulgação da DVA, bem como uma nova seção, incluída ao final do Pronunciamento, para apresentar as suas origens e razões conceituais. Além disso, foi atualizado o elenco de contas no modelo de DVA aplicável às companhias seguradoras, em função da vigência do Pronunciamento Técnico CPC 50 - Contratos de Seguro.	Não há	Pronuncia-mento	01/03/2024
Revisão 26: CPC 32 e CPC 48	Este documento estabelece alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 32 - Tributos Sobre o Lucro e CPC 48 - Instrumentos Financeiros em função de ajustes redacionais nos textos para maior aderência com as normas contábeis internacionais.	IAS 12/IFRS 9	Pronuncia-mento	01/07/2024

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

**2.9 Novas normas e interpretações não vigentes**

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 27: CPC 02 (R2) e CPC 37 (R1)	Este documento estabelece alterações no Pronunciamentos Técnicos CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.	IAS 21/IFRS 1	Pronuncia-mento	01/01/2025
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	As alterações exigem que as entidades apliquem uma abordagem consistente para determinar se uma moeda é trocável por outra moeda e a taxa de câmbio à vista a utilizar.	IAS 21	Pronuncia-mento	01/01/2025
CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade	O CPC incorporou ao texto de alguns de seus dispositivos o endereçamento da utilização do Método da Equivalência Patrimonial (MEP) para mensuração de investimentos em entidades controladas nas demonstrações individuais. A utilização do MEP para mensuração desses investimentos está determinada pela Lei 6.404/76, e, por ter relação com as demonstrações individuais, não encontrava correspondência nas normas emitidas pelo IASB.	IAS 28	Pronuncia-mento	01/01/2025
ICPC 09 (R3) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	Torna obrigatório para as companhias abertas a Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), emitida pelo CPC. O normativo entra em vigor em 01/01/2025, aplicando-se aos exercícios sociais iniciados em, ou após, essa data, e revogando a Resolução CVM 124.	Não há	Interpretação	01/01/2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBOI) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro, objetivando garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade aprovado pela Resolução CVM 193/23.	A orientação visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão ( <i>allowances</i> ) e créditos de descarbonização (CBOI) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro, objetivando garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade aprovado pela Resolução CVM 193/23.	Não há	Orientação	01/01/2025
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	O objetivo da Norma é melhorar a forma como a informação é comunicada nas demonstrações financeiras de uma entidade, particularmente nas demonstrações de resultados e respectivas notas explicativas. A principal alteração introduzida pela IFRS 18 é a reestruturação das demonstrações de resultados das entidades. A Norma introduz dois novos subtotais: lucro operacional e lucro antes do resultado financeiro e imposto de renda e contribuição social, visando aumentar a comparabilidade entre entidades.	IAS 1	Norma	01/01/2027

Em relação ao normativo em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

**3 Caixa e equivalentes de caixa**

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Bancos conta movimento		10.478	14.455
Aplicações financeiras - renda fixa			
- Certificados de Depósitos Bancários - CDB	3.1	87.361	60.648
<b>Total</b>		<b>97.839</b>	<b>75.103</b>
Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.			
O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.			
As aplicações são consolidadas por contraparte e por <i>rating</i> de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.			
A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 25.			
As movimentações ocorridas no Caixa e nos Equivalentes de caixa da Companhia são apresentadas nas Demonstrações de Fluxos de Caixa.			
<b>3.1 Certificados de Depósitos Bancários - CDB</b>			
Em 31 de dezembro de 2024 as aplicações financeiras da Companhia estão remuneradas a taxas que variam entre 97,00% e 101,50% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.			

**7 Partes relacionadas**

Além dos valores de dividendos a pagar para seus acionistas, os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladoras em conjunto, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, relativos a operações com partes relacionadas, são apresentadas como segue:

	Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Dur
Concessionárias (Nota 4)			
Venda de energia elétrica			
EDP Espírito Santo	Controle comum	209,02	01/01/2016 a 31/12/2044
EDP São Paulo	Controle comum	285,80	01/01/2016 a 31/12/2044
Fornecedores (Nota 14)			
EDP Trading	Controle comum		01/01/2024 a 31/12/2025
Encargos de uso de rede			
Mata Grande Transmissora	Controle comum (**)		01/11/2001 a 31/01/2033
EDP Transmissão Aliança	Controle comum		01/07/2021 a 31/12/2044
EDP Transmissão Litoral Sul	Controle comum		01/07/2021 a 31/12/2044
EDP Goiás	Controle comum		01/04/2013 a 01/12/2044
EDP Transmissão SP-MG	Controle comum (*)		01/04/2013 a 01/12/2044
EDP Transmissão Norte	Controle comum		01/07/2024 a 30/11/2049
Contrato de prestação de serviços (a)			
EDP Goiás	Controle comum		01/06/2022 a 30/06/2026
Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 11)			
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, Materiais, Atividades de Backoffice e Serviços de Infraestrutura (b)			
EDP - Energias do Brasil	Controladora em conjunto		01/01/2018 a 31/12/2025

(\*) Em 20 de fevereiro de 2024, a controladora final EDP - Energias do Brasil alienou a companhia EDP Transmissão SP-MG e, consequentemente, a partir desta data foi excluída dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora final.

(\*\*) Em 07 de junho de 2024, a controladora EDP - Energias do Brasil alienou a companhia Mata Grande Transmissora e, consequentemente, a partir desta data foi excluída dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora.

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado. As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 27.2).

**a) Contrato de prestação de serviços:** O contrato tem por objetivo a prestação de serviços relacionados aos processos de operação da usina, bem como a interlocução junto ao Operador Nacional do Sistema - ONS, pela EDP Goiás. Os processos de operação estão divididos entre serviços de pré-operação, pós-operação, serviços de supervisão de informações em tempo real, normatização, sistema de controle e infraestrutura via Centro de Operação, automação e telecomunicações. Com vigência até 30 de junho de 2026, bem como ajustar pelo IPCA o valor mensal pago pela contratante, de R\$50 para R\$51,55, a partir de 01 de julho de 2023, mantendo-se as demais cláusulas inalteradas.

**(b) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, Materiais, Atividades de Backoffice:** O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos, serviços, materiais e outros gastos associados ao provimento das atividades compartilhadas entre a Companhia e a controladora em conjunto EDP - Energias do Brasil. Este contrato não necessita ser submetido à anuência prévia da ANEEL.

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente.

A operação realizada com as contrapartes informadas neste contrato ocorreu no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

**7.2 Controladoras direta e finais**  
A Companhia possui controle compartilhado entre a EDP - Energias do Brasil, sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A. e a CTG Brasil, sendo esta controlada pela China Three Gorges Corporation.

**7.3 Remuneração dos administradores**  
A Companhia não apresentou dispêndios com os profissionais chaves da Administração no exercício.

**8 Cauções e depósitos vinculados**

	Nota	Saldo em 31/12/2023	Adição	Atualização	Resgate	Baixa	Saldo em 31/12/2024
Depósitos judiciais	18	1.314	3	106	(1)	(2)	1.420
Depósitos vinculados	8.1	20.980	11.651	3.773	(9.676)		26.728
<b>Total Não circulante</b>		<b>22.294</b>	<b>11.654</b>	<b>3.879</b>	<b>(9.677)</b>	<b>(2)</b>	<b>28.148</b>

**8.1 Depósitos vinculados**

Refere-se à garantia exigida no contrato de financiamento junto ao BNDES equivalente a 3 vezes o valor da próxima prestação a ser paga pela Companhia, cujas adições e resgates são efetuados diretamente na referida conta. O valor deverá ser mantido em conta vinculada até a quitação do referido contrato.

**9 Prêmio de risco - GSF (Generation Scaling Factor)**

Devido a adesão da repactuação do risco hidrológico no ACR, onde 92% da exposição ao GSF é protegida, o saldo das rubricas Circulante e Não circulante referem-se aos prêmios equivalentes aos montantes pagos de GSF nas competências de janeiro a dezembro de 2015, amortizável linearmente no período de janeiro de 2015 a março de 2029, de acordo com o Despacho nº 4.140 de 24 de dezembro de 2015. No exercício de 2024 foram amortizados R\$2.523 (2.500 em 2023).

**10 Estoques**

Os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos de eventual perda no valor recuperável. O método de avaliação dos estoques é efetuado com base na média ponderada móvel.

**4 Concessionárias**

	31/12/2024	31/12/2023
Concessionárias		
Suprimento de energia elétrica	45.960	45.846
<b>Total</b>	<b>45.960</b>	<b>45.846</b>

Os saldos são totalmente vinculados e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia.

Os recebimentos das vendas de energia relacionadas a contratos bilaterais ocorre, substancialmente, com vencimento único no mês seguinte ao reconhecimento da receita. Já os contratos no ACR são desdobrados em três parcelas iguais com vencimentos nos dias 15 e 25 do mês seguinte ao reconhecimento da receita e no dia 5 do segundo mês subsequente ao reconhecimento.

Quanto aos contratos de venda de energia no mercado de curto prazo (ACL), são liquidados conforme a regulamentação da CCEE, contudo, o prazo médio para a liquidação é de cerca de 45 dias após o reconhecimento da receita.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que se mostram materiais e controláveis.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 25.2.5.

**5 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos**

		Saldo em			Atualização	Adiantamentos/	Compensação	Transfe-	Saldo em
	Nota	31/12/2023	Adição	Baixas	monetária	Pagamentos	de tributos	rência	31/12/2024
Ativos compensáveis									
Imposto de renda e contribuição social a compensar		17.342			1.807	7.944	(6.320)	(4.622)	16.151
Total Circulante		17.342	-	-	1.807	7.944	(6.320)	(4.622)	16.151
Outros tributos compensáveis									
ICMS		124	-	(2)		4		(7)	119
PIS e COFINS	5.1	3.563	8.090		246		(2.238)	(8.088)	1.573
IRRF sobre aplicações financeiras		2	1.845					(91)	1.756
Retenções de Tributos Federais de órgãos públicos		247							247
Total Circulante		3.936	9.935	(2)	246	4	(2.238)	(8.186)	3.695
Passivos a recolher									
Imposto de renda e contribuição social a recolher		1.382	10.321			(2.390)		(4.713)	4.600
Total Circulante		1.382	10.321	-	-	(2.390)	-	(4.713)	4.600
Outros tributos a recolher									
ICMS		112	4.351			(4.404)		(7)	52
PIS e COFINS		2.082	36.376			(25.574)	(2.774)	(8.088)	2.022
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		78	1.577		3	(1.172)			486
IRRF sobre juros s/capital próprio	5.2	10.573	7.461			(4.789)	(5.784)		7.461
Encargos com pessoal		249	2.252			(2.071)			430
Outros		117				(117)			-
Total Circulante		13.211	52.017	-	3	(38.127)	(8.558)	(8.095)	10.451

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresentam os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que se liquide ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

**5.1 PIS e COFINS**

O saldo em 31 de dezembro de 2024 de R\$1.573 (R\$3.563 em 31 de dezembro de 2023) de créditos de PIS e COFINS, refere-se a créditos originados da aquisição de insumos de energia elétrica, uso da rede, materiais e serviços, que são compensados com os respectivos débitos desses impostos, na medida que os faturamentos de energia elétrica são realizados.

**5.2 IRRF sobre juros s/capital próprio**

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte da Companhia, à alíquota de 15%, incidente sobre os valores pagos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio conforme legislação. O saldo em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 7.461 é relativo ao IRRF sobre JSCP deliberado no exercício de 2024, integralmente liquidado em janeiro de 2025.

**6 Tributos diferidos**

		Passivo Não circulante	
	Nota	31/12/2024	31/12/2023
PIS e COFINS		25	20
Imposto de renda e contribuição social	6.1	107.613	110.376
<b>Total</b>		<b>107.638</b>	<b>110.396</b>

**6.1 Imposto de renda e contribuição social**

São registrados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

**6.1.1 Composição**

	Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado	
Natureza dos créditos	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023
Prejuízos fiscais	27.635	29.362			(1.727)	141
Base negativa da contribuição social		2.502			(2.502)	(3.575)
	27.635	31.864	-	-	(4.229)	(3.434)
Diferenças temporárias						
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	25	1.022			(997)	(78)
Direito de concessão - Outros			131.341	137.908	6.567	6.567
Uso do bem público - CPC 25	22.570	22.176	14.748	15.072	718	(458)
Direito de concessão - Outros			4.505	4.720	215	217
Licenças ambientais	4.178	4.309	6.012	6.392	249	582
Outras	228	227	5.643	5.882	240	(33)
Total diferenças temporárias	27.001	27.734	162.249	169.974	6.992	6.797
Total bruto	54.636	59.598	162.249	169.974	2.763	3.363
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	(54.636)	(59.598)	(54.636)	(59.598)		
Total	-	-	107.613	110.376		











...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares. No caso dos Empréstimos e financiamentos (Nota 16), de acordo com o CPC 12, não é aplicável a técnica de ajuste a valor presente ao contrato com o BNDES, uma vez que este contrato possui características próprias.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado do Uso do bem público e das Licenças ambientais diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente por meio da taxa que representa a taxa atual de financiamento do empreendimento, incluindo o risco de crédito.

(ii) Licenças ambientais: é concedida pelo órgão ambiental para autorizar a operação ou descomissionamento do empreendimento ou atividade, com o estabelecimento de condicionantes e a autorização para a execução de planos, programas e projetos de prevenção, mitigação, recuperação, restauração e compensação de impactos ambientais. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente por meio da taxa que representa o custo atual de financiamento do empreendimento, incluindo o risco de crédito.

**25.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros**

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

**25.2 Gestão de risco**

A Companhia adota a política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil que abrange todas as suas unidades de negócios. As operações que envolvem riscos são deliberadas pela Administração. Cabe ao Comitê de Risco garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

**25.2.1 Risco de mercado**

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Os Empréstimos e financiamentos captados pela Companhia, apresentados na nota 16 possuem regras contratuais para os passivos financeiros fundamentalmente atrelados ao risco de mercado associados à TJLP.

Deve-se considerar que a Companhia está exposta à oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia não possui exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira.

**25.2.1.1 Análise de sensibilidade**

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas através de consultorias especializadas, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

25.2.1.1 Risco de mercado												
O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Os Empréstimos e financiamentos captados pela Companhia, apresentados na nota 16 possuem regras contratuais para os passivos financeiros fundamentalmente atrelados ao risco de exposição às variações de taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia não possui exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira.												
25.2.1.1.1 Análise de sensibilidade												
A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.												
No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas através de consultorias especializadas, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.												
				Aging cenário provável			Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)	
		Risco	Saldo da	Até 1	2 a 5	Acima de 5		Aumento do	Aumento do	Redução do	Redução do	
Operação			exposição	ano	anos	anos	Provável	risco em 25%	risco em 50%	risco em 25%	risco em 50%	
Aplicação financeira - CDB	CDI	87.361	7.730				7.730	1.896	3.779	(1.910)	(3.835)	
Cauções e depósitos vinculados	CDI	26.728	1.566	270			1.836	456	910	(457)	(915)	
<b>Instrumentos financeiros ativos</b>	<b>CDI</b>	<b>114.089</b>	<b>9.296</b>	<b>270</b>	<b>-</b>	<b>9.566</b>	<b>2.352</b>	<b>4.689</b>	<b>(2.367)</b>	<b>(4.750)</b>		
Empréstimos e financiamentos - BNDES	TJLP	(345.515)	(29.882)	(62.994)	(4.609)	(97.485)		(18.611)	(36.934)	18.909	38.127	
<b>Instrumentos financeiros passivos</b>	<b>TJLP</b>	<b>(345.515)</b>	<b>(29.882)</b>	<b>(62.994)</b>	<b>(4.609)</b>	<b>(97.485)</b>		<b>(18.611)</b>	<b>(36.934)</b>	<b>18.909</b>	<b>38.127</b>	

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI e TJLP estão em acordo com o projetado pelo mercado e estão alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 20,72% e 4,47% a.a.; TJLP entre 12,21% e 3,41% a.a.

**25.2.2 Risco de liquidez**

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os valores contratados e os liberados são apresentados na nota 16.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3) e Concessionárias (Nota 4). A Companhia apresenta em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Concessionárias, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

Os riscos de liquidez atribuídos à rubrica de Empréstimos e financiamentos referem-se a juros futuros que, consequentemente, não estão contabilizados e encontram-se demonstrados na nota 27.1.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2024, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2024						31/12/2023	
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	AVP	Total	Total
<b>Passivos Financeiros</b>								
Fornecedores	1.597	111	112.216	270.244	24.259		113.924	106.705
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	5.253	12.335	33.213	270.244	24.259		345.304	395.740
Juros vincendos de Empréstimos e Financiamentos	3.236	4.085	21.044	41.705	27.593		97.663	117.337
Uso do bem público	252	504	2.303	9.498	53.824	(30.712)	35.669	34.189
Licenças ambientais	756	5.159	2.969	4.170		(766)	12.268	12.674
Outras contas a pagar - Partes relacionadas					22		22	17
	<b>11.094</b>	<b>22.194</b>	<b>171.745</b>	<b>325.617</b>	<b>105.698</b>	<b>(31.478)</b>	<b>604.870</b>	<b>666.662</b>

**25.2.2.1 Vencimento antecipado de dívidas**

A Companhia possui contratos de financiamento com cláusulas restritivas (*Covenants*), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índices financeiros.

*Covenants* são indicadores econômico-financeiros de controle de saúde financeira exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de dívida pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos principais *covenants* por contrato aparece descritos individualmente na nota 16. Até a emissão das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 27.2) para a rubrica de Empréstimos e financiamentos. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento.

**25.2.2.2 Capital Circulante Líquido - CCL**

O capital circulante líquido, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante em 31 de dezembro de 2024 foi negativo na Companhia em R\$64.263 (R\$95.960 negativo em 31 de dezembro de 2023), devido às amortizações previstas dos Empréstimos e Financiamento. A Administração da Companhia entende que possui liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, representando condições adequadas para cumprir com as obrigações operacionais de curto prazo, seja por meio da própria geração de caixa da Companhia, quanto por captação de dívida ou com eventuais aportes dos acionistas, se necessário.

**25.2.3 Risco hidrológico**

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operado pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia a um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF para os geradores hidrelétricos.

Para reduzir a exposição a este risco, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico, para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 92% deste risco hidrológico remanescente para 190MWm e 87% para 20,9MWm, para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT mediante pagamento de prêmio.

**25.2.4 Riscos ambientais**

As atividades da Companhia podem causar impactos negativos significativos ao meio ambiente. Tendo isso em vista, a controladora em conjunto EDP - Energias do Brasil, em seus diversos segmentos de atuação, trabalha com respeito ao meio ambiente e estabelece compromissos relativos à melhoria contínua da gestão ambiental, visando prevenir, mitigar e, quando necessário, recuperar e compensar os impactos de suas operações.

Essa conduta é norteada: (i) pela legislação vigente, que impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados; e (ii) pela Política de Segurança, Qualidade e Sustentabilidade da controladora em conjunto, que é aplicável a todas as suas unidades de negócio e que reforça a obrigatoriedade de atendimento aos requisitos legais aplicáveis, além do compromisso com a gestão dos riscos ambientais, disseminação do conhecimento sobre o uso eficiente dos recursos naturais e contribuição com as melhores práticas na cadeia de valor.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

<b>Luis Fernando Mendonça de Barros Filho</b> Presidente	<b>Liyi Zhang</b> Conselheiro	<b>Maria Marta de Figueiredo Gerald</b> Conselheira	<b>Silvio Alexandre Scucuglia da Silva</b> Conselheiro	<b>Evandro Leite Vasconcelos</b> Conselheiro
---	----------------------------------	--	---	---

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

<b>Luis Fernando Mendonça de Barros Filho</b> Diretor-Presidente	<b>Fernando Fleischer Ferrari</b> Diretor Financeiro	<b>Sérgio Ricardo de Marcon Fonseca</b> Diretor Administrativo
---	---	---

CONTABILIDADE

<b>Leandro Carron Rigamonte</b> Diretor - Accounting SA	<b>Alfredo Antonio Tessari Neto</b> Contador - CRC 1SP176534/O-5
--	---

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas  
Companhia Energética do Jari - CEJA

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética do Jari - CEJA ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outros assuntos**

**Demonstrações do Valor Adicionado**

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança,

**25.2.5 Risco de crédito**

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está, principalmente, relacionada às rubricas abaixo:

- **Concessionárias**
- No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.
- **Caixa, Equivalentes de caixa e Cauções**
- O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo, considerando as garantias contratuais apresentadas no âmbito dos contratos de energia no ACR.

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas. A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro 2023, todas as aplicações financeiras da Companhia encontram-se em instituições financeiras com rating de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

**25.2.6 Risco regulatório**

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL, Agência Nacional de Águas - ANA) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE, EPE, CONAMA, ONS etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

**25.2.7 Gestão de capital**

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações, por exemplo, para reduzir o nível de endividamento.

	31/12/2024	31/12/2023
Total dos empréstimos	345.304	395.740
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(97.839)	(75.103)
(-) Cauções	(26.728)	(20.980)
Dívida líquida	<b>220.737</b>	<b>299.657</b>
Total do Patrimônio Líquido	945.944	889.229
Total do capital	<b>1.166.681</b>	<b>1.188.886</b>
Índice de alavancagem financeira - %	18,92%	25,20%

**26 Demonstrações dos Fluxos de Caixa**

**26.1 Atividades de financiamento**

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro.

		2024		Efeito não caixa			
	Nota	Saldo em 31/12/2023	Efeito caixa	Variação monetária e cambial	Adições/ baixas	Saldo em 31/12/2024	
<b>(Aumento) diminuição de ativos de financiamento</b>							
Cauções vinculados a empréstimos e financiamentos	8	20.980	1.975	3.773	-	26.728	
		<b>20.980</b>	<b>1.975</b>	<b>3.773</b>	<b>-</b>	<b>26.728</b>	
<b>Aumento (diminuição) de passivos financiamento</b>							
Dividendos	15	59.912	(137.384)		119.748	42.276	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	16	395.740	(82.185)	3.035	28.714	345.304	
		<b>455.652</b>	<b>(219.569)</b>	<b>3.035</b>	<b>148.462</b>	<b>387.580</b>	
<b>Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)</b>		<b>434.672</b>	<b>(221.544)</b>	<b>(738)</b>	<b>148.462</b>	<b>360.852</b>	

		2023		Efeito não caixa			
	Nota	Saldo em 31/12/2022	Efeito caixa	Variação monetária e cambial	Adições/ baixas	Saldo em 31/12/2023	
<b>(Aumento) diminuição de ativos de financiamento</b>							
Cauções vinculados a empréstimos e financiamentos		24.267	(5.982)	2.695	-	20.980	
		<b>24.267</b>	<b>(5.982)</b>	<b>2.695</b>	<b>-</b>	<b>20.980</b>	
<b>Aumento (diminuição) de passivos financiamento</b>							
Dividendos		55.122	(122.992)		127.782	59.912	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		444.364	(85.493)	4.539	32.330	395.740	
Capital social		850.824	(200.000)			650.824	
		<b>1.350.310</b>	<b>(408.485)</b>	<b>4.539</b>	<b>160.112</b>	<b>1.106.476</b>	
<b>Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)</b>		<b>1.326.043</b>	<b>(402.503)</b>	<b>1.844</b>	<b>160.112</b>	<b>1.085.496</b>	

**26.2 Transações não envolvendo caixa**

Em conformidade com o CPC 03 (R2), as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	2024	2023
Constituição de dividendos e JSCP a pagar	119.748	127.782
Provisão para custos com licença ambiental no imobilizado e intangível		8.780
<b>Total</b>	<b>119.748</b>	<b>136.562</b>

**27 Compromissos contratuais e Garantias**

**27.1 Compromissos contratuais**

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa de 6,86% que representa a taxa média de financiamento para a construção do empreendimento.

	31/12/2024				31/12/2023	
	2025	2026 e 2027	2028 e 2029	A partir de 2030	Total geral	Total geral
Obrigações de compra						
Compra de Energia	905	1.524	1.281	3.649	7.359	8.121
Materiais e serviços	26.830	9.567	271	682	37.350	31.657
Prêmio de risco - GSF				62.012	62.012	79.694
	<b>27.735</b>	<b>11.091</b>	<b>1.552</b>	<b>66.343</b>	<b>106.721</b>	<b>119.472</b>

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2024, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2024					31/12/2023
	2025	2026 e 2027	2028 e 2029	A partir de 2030	Total geral	Total geral
Obrigações de compra						
Compra de Energia	649	1.298	1.298	5.840	9.085	9.248
Materiais e serviços	25.626	11.301	384	1.470	38.781	32.443
Prêmio de risco - GSF				241.616	241.616	241.616
	26.275	12.599	1.682	248.926	289.482	283.307